

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, DA BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**

ENTRE

**BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**  
*como Emissora;*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

Data

24 de Novembro de 2006



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR.**

Pelo presente instrumento particular:

- i. **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**, sociedade por ações com sede no Conjunto 1, bloco J, 12º e 13º andares, Setor Bancário Sul, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.383.281/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada “Emissora”); e,
- ii. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado “Agente Fiduciário”),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR, (doravante denominada “Escritura”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A Escritura é firmada com base na autorização deliberada na Reunião da Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) (“Reunião da Diretoria do BNDES”), acionista único da Emissora, realizada em 21/09/2006, conforme Decisão nº Dir. 836/2006 – BNDES (“Decisão da Diretoria do BNDES”), pela qual foram aprovados (a) o arquivamento do primeiro programa de distribuição de debêntures nos termos da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução CVM 400”), no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de Reais), com prazo de validade de até 2 (dois) anos (“Programa de Distribuição”); e (b) a 2ª emissão pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a 1ª emissão no âmbito do Programa de Distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária) (a “Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente).

## CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação que aprovou a Emissão

A Decisão da Diretoria do BNDES que aprovou a presente Emissão, foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 10 de outubro de 2006, sob o n.º 20060487011, e publicada no Diário Oficial da União em 03 de novembro de 2006, e no jornal Gazeta Mercantil.

### 2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura e seus aditamentos serão inscritos na Junta Comercial do Distrito Federal.

### 2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBID

A Emissão será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada “CVM”), na forma das Leis n.ºs 6.385, de 7/12/76 e 6.404, de 15/12/76, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”), nos termos do Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBID”), datado de 9 de maio de 2006.

### 2.4. Registro para distribuição no mercado primário

As Debêntures serão registradas para distribuição pública, no mercado primário, por meio (i) do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), sendo a liquidação financeira da Emissão processada na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”); e (ii) do Sistema de Negociação BOVESPA FIX (“BOVESPA FIX”), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), submetendo-se, neste caso, aos controles de compensação e liquidação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”), observadas, ainda, as normas e procedimentos de negociação de tais sistemas.

### 2.5. Registro para negociação secundária

As Debêntures serão negociadas no mercado secundário (i) por meio da Plataforma da Negociação Eletrônica - CetipNET, administrada pela CETIP, sendo as negociações com Debêntures custodiadas e liquidadas na CETIP registradas no SND – Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“Andima”), e (ii) no BOVESPA FIX, relativamente às Debêntures custodiadas na CBLC, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CBLC.

### CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social:

- (i) a realização de operações visando a capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BNDES;
- (ii) o apoio a empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas e retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade;
- (iii) o apoio ao desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias;
- (iv) contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas; e
- (v) administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros.

#### 3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 2ª emissão pública de debêntures da Emissora, sendo a 1ª realizada no âmbito do Programa de Distribuição.

#### 3.3. Valor Total da Emissão

O valor da Emissão é de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais), na Data de Emissão.

#### 3.4. Distribuição Parcial

Não haverá opção de distribuição parcial, devendo ser cancelada a Emissão em caso de não haver demanda para a totalidade de Debêntures ao preço que venha a ser aceito pela Emissora, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento descrito adiante (procedimento de *bookbuilding*).

#### 3.5. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário (“Valor Nominal Unitário”) das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil Reais), na Data de Emissão.

#### 3.6. Quantidade de Debêntures e Série

A Emissão será feita em série única constituída de 500.000 (quinhentas mil) debêntures.



### 3.7. Forma

As Debêntures terão a forma escritural. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A. (“Banco Mandatário” e “Instituição Escriuradora”), responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, como comprovante de titularidade de Debêntures, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela Instituição Escriuradora. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

### 3.8. Espécie

As Debêntures serão da espécie sem garantia e sem preferência (quirografia).

### 3.9. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 01 de dezembro de 2.006.

### 3.10. Data de Vencimento

A data de vencimento das Debêntures é 15 de janeiro de 2012 (“Data de Vencimento”), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo Valor Nominal Unitário, atualizado na forma do item 3.11.1 abaixo e calculado *pro rata temporis* a partir da Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da data imediatamente anterior de pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento.

### 3.11. Rendimento

A partir da Data de Subscrição e Integralização, as Debêntures da presente Emissão farão jus ao seguinte rendimento (“Rendimento”):

#### 3.11.1 Atualização

As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (a “Atualização”) a partir da Data de Subscrição e Integralização, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

CBLC

- VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário de emissão da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, da seguinte forma:

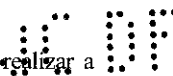
$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = Número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro;
- NI<sub>k</sub> = Valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI<sub>k-1</sub> = Valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";
- dup = Número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro;
- dut = Número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

**3.11.1.1.** No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizada, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição dos novos parâmetros de Rendimentos das Debêntures.

**3.11.1.2.** No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IPCA às debêntures ("Evento"), o Agente



Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do Evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, dos novos parâmetros de rendimentos das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

**3.11.1.3.** Caso não haja acordo sobre os novos rendimentos das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura, (ainda que em decorrência da falta de quórum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Rendimentos devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso.

**3.11.1.4.** Considera-se data de aniversário todo dia 15 de cada mês. Caso o dia 15 de cada mês não seja dia útil, prorroga-se a data para o primeiro dia útil subsequente.

**3.11.1.5.** Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último dia útil anterior.

**3.11.1.6.** O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

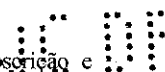
### **3.11.2. Pagamento da Atualização**

A Atualização do Valor Nominal das Debêntures será paga na Data de Vencimento das Debêntures.

### **3.11.3. Remuneração**

As debêntures pagarão juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture, e pagos ao final de cada período de capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

**3.11.3.1.** Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, no caso do primeiro, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente, conforme estabelecido no item 3.11.4.



**3.11.3.1.1.** O Primeiro Período de Capitalização se inicia na Data de Subscrição e Integralização e termina na data do primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures, ou seja, em 15/01/2009.

**3.11.3.2.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = Valor Nominal Unitário dos juros devidos no final de cada período de capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{[252]}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\} \quad \text{onde:}$$

taxa = 6 (seis inteiros);

n = Número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = Número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP = Número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

#### **3.11.4. Pagamento da Remuneração**

A Remuneração das Debêntures será paga nas seguintes datas:

Parcela de Pagamento da Remuneração	Data
1ª	15/01/2009
2ª	15/01/2010

*[Handwritten signature]*





3ª	15/01/2011
4ª	15/01/2012

### 3.12. Preço de Subscrição e Integralização e *Bookbuilding*

O preço de subscrição e integralização das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, ajustado por ágio ou deságio, conforme for o caso, apurado em processo de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de *Bookbuilding*”).

**3.12.1.** A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CBLC ou CETIP, conforme o caso (“Data de Subscrição e Integralização”).

**3.12.2.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado da Data de Emissão até a Data de Subscrição e Integralização, tampouco sobre este incidirá juros remuneratórios.

### 3.13. Aumento da Oferta

3.13.1. A Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400 (“Debêntures Adicionais”).

3.13.2. Caso ocorra o aumento na quantidade originalmente ofertada, conforme previsto no item 3.13.1 acima, a presente Escritura deverá ser aditada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas.

### 3.14. Limite da Emissão

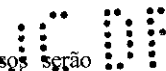
A Emissão (incluindo as Debêntures Adicionais descritas no item 3.13.1 acima) atende aos limites previstos no caput e no parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme apresentado no quadro abaixo. Não existem debêntures de outras emissões da Emissora em circulação.

Valor Total da Emissão*	R\$ 600.000.000,00
Capital social da Emissora em 30/09/2006	R\$ 10.404.356.000

\* Incluindo o eventual aumento na quantidade inicialmente ofertada, referido no item 3.13.1 acima.

### 3.15. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão integralmente aplicados em seu orçamento de investimentos, sendo 100% (cem por cento) alocados na subscrição de valores mobiliários em ofertas públicas ou privadas (ações, debêntures simples ou



conversíveis). Não temos como determinar o momento em que os recursos serão utilizados, ou aos montantes a serem empregados, uma vez que essa determinação dependerá das características das aquisições que venham a ser negociadas pela Emissora, de acordo com seu objeto social.

### **3.16. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC ou pela CETIP ou através da Instituição Escriutadora responsável pela escrituração das debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CBLC ou à CETIP.

### **3.17. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou, ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Rio de Janeiro, Estado de São Paulo e/ou Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### **3.18. Encargos Moratórios**

Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### **3.19. Mora do Debenturista**

Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

### **3.20. Publicidade**

Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial da União, Gazeta Mercantil e Valor Econômico, no boletim oficial da bolsa de valores e entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e por meio da rede mundial de

*Handwritten signatures and initials.*



computadores, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

11

### 3.21. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Instituição Escriuradora ou o seu Agente de Custódia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### 3.22. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Para a Emissora:

**BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**  
Av. Chile, 100, parte  
CEP: 20031-917 – Rio de Janeiro, RJ  
At. Maria Isabel Rezende Aboim  
Superintendente da Área Financeira do BNDES  
Telefone: (21) 2172-7108 / 2172-7744  
Fax: (21) 2240-5719 / 2524-8079 / 2240-3457

Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**  
Av. das Américas, 500, bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca  
Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 22640-100  
At.: Sr. Juarez Dias Costa  
Departamento Técnico  
Telefone: (21) 2493-7003  
Fax: (21) 2493-4746  
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

11



Para a CBLC :

**COMPANHIA BRASILEIRA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA:**

Rua XV de Novembro, 275, 6º andar.

São Paulo - SP

CEP: 01014-001

Telefone: (11) 3247-4824

Fax: (11) 3247-5260

Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

**BANCO ITAÚ S.A.:**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 9º andar- Torre Eudoro Villela

São Paulo - SP

CEP: 04344-909

At. Sr. Claudio Vieira Ribeiro

Serviços para o Mercado de Capitais

Telefone: (11) 5029-1809

Fax: (11) 5029-1917

E-mail: claudio.ribeiro@itau.com.br

Para a CETIP:

**CETIP - CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO**

Av. República do Chile, 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

Ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar

São Paulo - SP

CEP 01009-000

Telefone: (11) 3111-1411

Fax: (11) 3115-1664

Handwritten signature



#### **CLÁUSULA IV - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

##### **4.1. Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei n.º 6.404/76.

**4.1.1.** A Emissora está impedida de negociar privadamente as Debêntures.

**4.1.2.** A Diretoria da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

##### **4.2. Vencimento Antecipado**

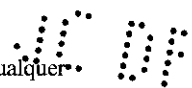
São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nos itens 4.2.1 e 4.2.2 abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento, junto à Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Atualização e da Remuneração, bem como encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, de auto-falência formulado pela Emissora, ou decretação de falência da Emissora;

b) não cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura devidas nas respectivas datas de vencimento, exceto se tal fato decorrer de (i) determinação judicial ou (ii) problemas operacionais, ligados à CBLC ou à CETIP ou à Instituição Escriutadora (para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CBLC ou à CETIP), não sanados em até 48 (quarenta e oito) horas, desde que devidamente comprovado pela Emissora;

c) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de Reais) ou que possam configurar, em face das circunstâncias e a critério do Agente Fiduciário, estado de insolvência da Emissora ou risco de inadimplemento no pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora;

*Handwritten signatures and initials.*



d) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora perante os Debenturistas desta emissão;

e) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

f) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura, no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples da 2ª Emissão da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“Contrato de Distribuição”), em qualquer documento relativo à Emissão, ou de qualquer informação constante do prospecto preliminar do Programa de Distribuição (“Prospecto Preliminar”) e o Prospecto Definitivo (em conjunto com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”) e/ou dos respectivos suplemento preliminar e definitivo relativos à Emissão (“Suplementos”) que afete de forma relevante e adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;

g) alienação ou transferência de um ou mais ativos da Emissora que, descontados os valores relativos às aquisições ocorridas entre o término do exercício anterior e a data de tal alienação ou transferência, representem em conjunto ou individualmente redução de 50% (cinquenta por cento) ou mais do ativo total da Emissora no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada. O cômputo desta alienação deve considerar o valor contábil de tais ativos quando de sua alienação ou transferência;

h) alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora, que afete de forma negativa e material o risco de crédito das Debêntures, bem como a transformação da Emissora de sociedade por ações em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor unitário ou agregado superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de Reais) ou valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento; e

j) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora de valor igual ou superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de Reais) ou valor equivalente em outras moedas, salvo se (i) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora (1) que tal vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou, (2) houver impedimento legal que a impeça de sanar a causa do referido vencimento antecipado e que não tenha ocorrido o vencimento antecipado de qualquer outra dívida contraída no País e cujo cumprimento da obrigação de pagamento também deva ser executado no País, com quaisquer terceiros, em decorrência do vencimento antecipado em referência, ou (ii) no prazo máximo de 30

(trinta) dias contados de sua ocorrência, especificamente para os casos em que seja necessária a obtenção de qualquer aprovação de autoridade governamental para permitir que a Emissora efetue referido pagamento, a Emissora comprove que obteve referida aprovação e sanou tal evento.

**4.2.1.** A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (i) e (j) do item 4.2 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

**4.2.2.** Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (c), (d), (e), (f), (g) e (h) do item 4.2 acima, o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de prévia deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas, que deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento.

**4.2.3.** A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.2.2 precedente poderá, por deliberação de 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura), determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

**4.2.4.** Não se realizando a Assembléia Geral de Debenturistas ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures devidamente Atualizado, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto se os trabalhos da referida Assembléia de Debenturistas tiverem sido suspensos para reabertura em nova data.

**4.2.5.** A alienação, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora dependerá da prévia aprovação de 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura), em assembléia especialmente convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos debenturistas que o desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de seis meses a contar da data de publicação do fato relevante relativo à negociação.

**4.2.6.** Em conformidade com o art. 231 da Lei 6.404/76, a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de debenturistas titulares de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura), reunidos em assembléia especialmente convocada com esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de seis meses a contar da data de publicação das assembléias relativas à operação.

## **CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**5.1** A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a. encaminhar ao Agente Fiduciário e à bolsa de valores ou entidade do mercado de  
balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures:
- a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como declaração do Diretor de Relação com Investidores atestando o cumprimento das disposições da presente Escritura;
  - a.2) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos;
  - a.3) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 3.20;
  - a.4) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;
  - a.5) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;
  - a.6) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
  - a.7) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.2 da Cláusula IV, imediatamente após a sua ocorrência;
  - a.8) retransmitir, em até um dia útil após disponível, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o Relatório elaborado pelo Agente Fiduciário previsto na alínea "I" do item 6.4 da Cláusula VI;
- b. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e dar ao Agente Fiduciário acesso irrestrito: 1) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e, 2) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia Geral de Debenturistas.
- c. convocar, nos termos do item 7.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- d. cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- e. submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;





11 07

- f. manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas na Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- g. estruturar e manter em adequado funcionamento departamento de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- h. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- i. tomar todas as medidas necessárias para:
  - i.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do respectivo objeto social,
  - i.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios,
  - i.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras;
- j. notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- k. manter perante companhias seguradoras que a Emissora entenda razoavelmente ser de primeira linha, os seguros relevantes para a manutenção de sua atividade principal;
- l. informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem direta ou indiretamente as Debêntures;
- m. informar a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o seu valor e a data de pagamento de todos e quaisquer rendimentos a elas referentes;
- n. manter contratada agência classificadora de risco para atualização, pelo menos anualmente, do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o seu vencimento;

GHT

A.

- o. encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea "n" anterior;
- p. estabelecer, em conjunto com os Coordenadores da distribuição pública das Debêntures, os critérios de distribuição/colocação do lote que será destinado para distribuição pulverizada no varejo; e
- q. decidir, em conjunto com os coordenadores da distribuição pública das Debêntures, se haverá ou não aumento na oferta para a presente Emissão de Debêntures, na forma do item 3.13 acima.

## CLÁUSULA VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 6.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

### 6.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura da Escritura:

- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- g) que esta Escritura contém obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.
- h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- j) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- k) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no caput e parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.14 da presente Escritura.

A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

### **6.3. Substituição**

**6.3.1.** Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura), ou pela CVM.

**6.3.2.** Se a convocação da Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 6.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

**6.3.3.** A remuneração do novo Agente Fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto no item “6.3.7” adiante.

**6.3.4.** Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

**6.3.5.** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

**6.3.6.** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

**6.3.7.** O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria.

**6.3.8.** A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura.

**6.3.9.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou, no caso do Agente Fiduciário substituto, de eventual aditamento em que for nomeado como substituto do Agente Fiduciário para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures, ou o seu integral e regular pagamento, dos dois o que ocorrer primeiro.

**6.3.10.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

#### **6.4. Deveres**

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM e na Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;

g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

h. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;

i. solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;

j. convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas;

j.1) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;

k. comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

k.1) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, 1 (um) dia útil após a data de encerramento de cada Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia Geral de Debenturistas;

l. elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- l.5) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- m. disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - m.1) na sede da Emissora;
  - m.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - m.3) na CVM;
  - m.4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as debêntures;
  - m.5) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.
- n. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório de que trata a alínea "l" se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "m";
- o. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Depositária e a CBLC;
- p. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- q. sem prejuízo do disposto no item 4.2.1, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:



10/11

- q.1) à CVM;
- q.2) à BOVESPA e/ou à CETIP; e
- q.3) ao Banco Central do Brasil.
- r. fazer a Emissora cumprir com as obrigações previstas nas alíneas “n” e “o” do item 5.1 e, ainda, de encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto da atualização.

#### 6.5. Atribuições Específicas

6.5.1. Sem prejuízo das obrigações dispostas na presente Escritura, o Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a. declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c. requerer a falência da Emissora;
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

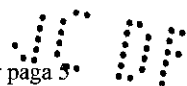
6.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b” e “c” do “caput” deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura), bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura) quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” do “caput” deste item.

#### 6.6. Remuneração

6.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

GA

11



- a. Parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), a primeira a ser paga 5 (cinco) dias após a obtenção do registro na CVM e as demais no mesmo dia dos 4 (quatro) anos subseqüentes;
- b. O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de cada pagamento (exceto em relação ao primeiro pagamento, que deverá observar uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- c. As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d. As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IPCA, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª parcela, conforme descrito no item "a" acima, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia se necessário;
- e. As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação e no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento pela Emissora da documentação comprobatória de tais despesas. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- f. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30





(trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

- g. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % (dois por cento) e juros de mora de 1,0 % (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- h. As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

**6.6.2.** Em caso de sua substituição, o Agente Fiduciário se obriga a restituir à Emissora parte da remuneração anual correspondente aos meses em que não mais desempenhará as funções aqui descritas.

## **CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS**

### **7.1. Convocação**

A assembléia de Debenturistas ("Assembléia Geral de Debenturistas") pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), ou pela CVM.

**7.1.1.** A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei n.º 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

### **7.2. Quorum de Instalação**

A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

**7.2.1.** Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora ou de sua controladora, bem como as debêntures de administradores da Emissora ou de sua controladora.

### **7.3. Mesa Diretora**

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito, na Assembleia Geral de Debenturistas, pelos Debenturistas presentes ao referido conclave ou àquele que for designado pela CVM. O papel de secretário da assembleia será do Agente Fiduciário, estando este encarregado da redação da ata da Assembleia Geral de Debenturistas.

#### **7.4. Quorum de Deliberação**

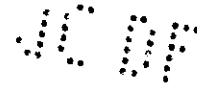
**7.4.1.-** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura), observado que alterações no Rendimento e/ou Prazo de Vencimento das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura).

**7.4.2.-** Sem prejuízo do quorum de 90% (noventa por cento) previsto no item 7.4.1 acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de IPCA, o quorum necessário para definição do novo Rendimento aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 desta Escritura).

#### **CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da escritura, que:

- a. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b. a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em:
  - b.1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos,
  - b.2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou



- b.3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- c. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
  - d. esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações válidas e eficazes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
  - e. os Prospectos, conjuntamente com os Suplementos, contêm e conterão, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
  - f. as declarações contidas nos Prospectos e respectivos Suplementos em relação à Emissora são verdadeiras nas respectivas datas em que foram dadas e não são enganosas, incorretas, insuficientes ou inverídicas;
  - g. as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos e respectivos Suplementos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
  - h. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada Prospecto Preliminar e Definitivo e Suplemento Preliminar e Definitivo, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos e respectivos Suplementos cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos, ou respectivos Suplementos, seja enganosa, incorreta ou inverídica;
  - i. as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos e respectivos Suplementos em relação à Emissora são verdadeiros, completos, suficientes e verídicos;
  - j. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
  - k. as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e

financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- l. a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- m. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos e respectivos Suplementos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

## **CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **9.1. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **9.2 Divisão**

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

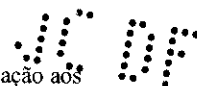
### **9.3 Irrevogabilidade e Irretratabilidade**

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de qualquer dos requisitos relacionados na Cláusula II supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

### **9.4. Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### **9.5. Resolução de Conflitos**



Todas e quaisquer dúvidas e controvérsias que porventura vierem a surgir em relação aos termos e condições da Escritura serão resolvidas por arbitragem, de acordo com o previsto na Lei nº 9.307/96, cuja decisão será imediatamente acatada pela Emissora e Debenturistas, estes representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

A arbitragem não será admitida caso o regulamento a que esta esteja sujeita prejudique, por qualquer forma, o fornecimento de informações pela Emissora ao Tribunal de Contas da União, conforme exigido nos termos do artigo 70 e seguintes da Constituição Federal, ou outros órgãos de controle a que a Emissora estiver sujeita. A menos que expressamente acordado com a Emissora, todas as decisões em procedimentos arbitrais deverão ser proferidas com base exclusivamente em direito (arbitragem de direito), nos termos do Artigo 2º da Lei 9.307/96.

#### 9.5.1. Modalidade de Arbitragem

Aplicar-se-ão à arbitragem a legislação substantiva nacional e as regras constantes do Regulamento da BOVESPA.


#### 9.6. Foro

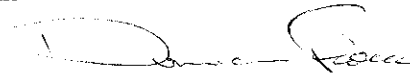
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para o exercício do direito de ação previsto no artigo 33 da Lei nº 9.307/96 e para a execução de sentença arbitral e das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

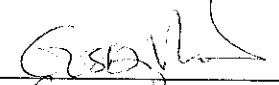
Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2006.

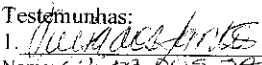
**BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR**

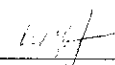
  
Nome: **Mauricio Borges Lemos**  
Cargo: **Diretor**

  
Nome: **DEMIAN FIOCCA**  
Cargo: **Diretor-Presidente**  
**BNDESPAR**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

  
Nome: **GUSTAVO REZENDE T. TINTO**  
Cargo: **Administrador**

Testemunhas:  
1.   
Nome: **LUIS FERNANDO C. CHAVES**  
RG: **03888292-9**

2.   
Nome: **LUIS FERNANDO C. CHAVES**  
RG: **03888292-9**



**JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/12/2006  
SOB Nº: 20060614269  
Protocolo: 06/061426-9

  
**Luiz Fernando C. Chaves**  
Gerente